

**AS CONTRIBUIÇÕES DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA PARA A
APRENDIZAGEM SOB O OLHAR DE PROFESSORAS DO 2º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

*(THE CONTRIBUTIONS OF THE FAMILY AND SCHOOL RELATIONSHIP FOR
LEARNING UNDER THE TEACHER'S LOOK OF THE 2nd YEAR OF FUNDAMENTAL
EDUCATION)*

Elizangela Abreu da Silva¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender as contribuições da parceria família-escola para o desenvolvimento da criança, por meio das percepções de professoras do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Fortaleza. A pesquisa foi desenvolvida com base em fundamentação teórica bibliográfica, tendo como análise a discussão qualitativa dos dados obtidos por meio de entrevistas pré-estruturais. As entrevistas foram direcionadas para coletar dados que pudessem responder à problematização e objetivo da pesquisa. Diante dos dados obtidos, pudemos verificar que na visão da maioria das professoras entrevistadas, essa a parceria família-escola é entendida como bastante eficiente no desenvolvimento das crianças, sendo assim é positiva no que diz respeito à sua contribuição. Entretanto, foi observado que na maioria dos momentos desses encontros entre escola e a família, o objetivo da escola era o de compartilhar responsabilidades acerca dos pontos negativos com relação ao comportamento dos alunos ou questões de dificuldades de aprendizagem, sendo poucos os momentos de construção de uma relação realmente harmônica para contribuir para o desenvolvimento das crianças. Percebemos que as contribuições poderiam ir além das expectativas das professoras, caso essa fragilidade fosse detectada e redirecionada.

Palavras-chave: Aprendizagem. Educação. Parceria família-escola.

ABSTRACT

This article comes to understand the contributions of the family-school partnership for the development of the child, through the perceptions of teachers of the 2nd year of elementary school in a public school in Fortaleza. The research was developed based on theoretical bibliographical basis, having as analysis the qualitative discussion of the data obtained through pre-structural interviews. The interviews were directed to collect data that could answer the problem and the objective of the research. Given the data obtained, we could verify that in the view of the majority of the interviewed teachers, this would seem to be a family-school system, which is considered to be quite efficient in the development of children, and is therefore positive in terms of its contribution. However, it was observed that in most of the moments of these meetings between school and the family, the objective of the school was to share responsibilities about the negative points regarding the behavior of the students or questions of learning difficulties, being few moments of construction of a truly harmonious relationship to contribute to children's development. We realized that the contributions could go beyond the expectations of the teachers, if this fragility were detected and redirected.

Keywords: Learning. Education. Family-school relationship.

¹ Graduada do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: elizangelacabreu@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco, verificar as contribuições mais expressivas no processo da relação entre família e escola, tomando como base as respostas de professoras atuantes em sala de aula.

Entendemos que a busca pela compreensão da influência do núcleo familiar na aprendizagem é essencial, uma vez que a família é entendida como a primeira instituição da qual a criança faz parte, portanto, a primeira célula social a intervir em sua formação. Seguida da família a criança terá outra instituição formal importante para o seu processo de desenvolvimento, a escola. Destacamos então, a parceria entre família e escola no processo de desenvolvimento da aprendizagem das crianças por entender que a construção da aprendizagem do educando não ocorre de forma unilateral.

O interesse sobre a temática relação família e escola surgiu ao observarmos que colegas da faculdade, que já atuavam em sala de aula, faziam queixas constantes sobre a participação dos responsáveis na vida escolar de suas crianças. Entre as queixas mais frequentes podemos frisar a pouca importância dada às atividades enviadas para casa, a falta de compromisso dos responsáveis com relação ao cumprimento dos horários estabelecidos e a ausência dos responsáveis em eventos. Em especial, foram declaradas em diversas oportunidades, que alguns responsáveis pareciam esperar que a escola educasse seus filhos de forma integral, muitas vezes fazendo o papel de família.

Ao ingressar na docência, constatamos em algumas situações cotidianas, que as reclamações que muitos professores faziam sobre a família eram coerentes com o que começava a experimentar. Por outro lado, também percebemos que em determinadas situações, alguns profissionais da educação não recebiam de forma positiva o envolvimento da família no âmbito pedagógico, especialmente quando esses responsáveis cobravam algum procedimento. Considerando, então, o caráter socializador da escola, sentimos a necessidade de compreender melhor como cada uma dessas instituições, família e escola, tem desempenhado suas responsabilidades em relação à criança. Nesse sentido procuramos investigar a partir da percepção das professoras, quais seriam as contribuições e aspectos desta parceria para o aprendizado da criança.

A relação família e escola é repleta de desafios. Profissionais da educação afirmam que a participação ou a falta de participação da família reflete no desempenho escolar do educando. Dessa forma, em busca de um entendimento sobre a contribuição da relação família-escola surge a problematização a seguir: Quais as contribuições da relação família-escola para o

processo de aprendizagem da criança? Como a escola promove e interpreta a participação da família no processo educativo? Quais dificuldades a escola encontra para promover a participação da família no processo de aprendizagem dos educandos?

Considerando que a família influencia no desenvolvimento da criança e que a sua postura em relação à escola pode contribuir positivamente ou negativamente no desempenho escolar do aluno, a abordagem desta temática tem como objetivo compreender as contribuições da parceria família-escola para o desenvolvimento da criança, por meio das percepções de professoras do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Fortaleza.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa é subsidiada pela fundamentação teórica com base em autores relacionados ao tema. Dessa forma, buscamos tentar delimitar os principais conceitos a serem utilizados, bem como aprofundar o conhecimento sobre como estes foram se moldando no decorrer do tempo e como influenciam as atuais ações desses atores. Buscamos recuperar os conceitos de criança, família e escola, pois entendemos que eles serão de grande importância para compreensão da discussão como um todo.

Inicialmente será abordado o conceito de Criança, considerando como este indivíduo, em suas particularidades, foi sendo entendido pela sociedade e pelos espaços educacionais. Este caminho por suas concepções deve ser primordial, pois nos permitirá entender um pouco sobre a evolução desse processo para compreender como esta evolução influencia nos dias atuais. Em seguida destacamos também os conceitos de Escola e Família, enquanto instituições parceiras no desenvolvimento da criança, tendo a Escola enquanto instituição social com sua parcela no preparo do aluno para a sociedade e a Família enquanto primeira instituição participante da aprendizagem da criança.

2.1 Conceito de criança e educação

Entendemos que a maneira como a criança é vista pela família e pela escola vem sofrendo alterações com o passar do tempo e isto, de certa forma, vem alterando a relação entre essas instituições e a criança ou aluno. Por isso, destacamos que vale a pena investigar quais alterações fizeram parte da construção atual deste conceito, bem como suas causas e consequências. Assim, procuramos fazer um recorte histórico, afim de tentar construir esse

caminho para melhor compreendê-lo. Nesse sentido, iniciaremos pelo conceito de criança destacado na Idade Média, por volta do século XV.

Têm-se informações que nesse período as crianças, por volta dos sete anos, eram inseridas no mundo de adultos muitas vezes estranhos ao seu convívio. Elas eram separadas de suas famílias e enviadas a outras famílias para que aprendessem um ofício e pudessem trabalhar. Os serviços domésticos eram associados à aprendizagem, pois “Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir.” (ARIÈS, 2006, p. 156).

Segundo o referido autor, a educação passou a ser cada vez mais responsabilidade da escola a partir do século XV, essa mudança refletiu no núcleo familiar, pois permitiu um cuidado maior desencadeado pelo olhar diferenciado sobre os pequenos que até então eram vistos como adultos em miniatura (ARIÈS, 2006).

Assim as relações familiares estavam se tornando mais parecidas com que vemos hoje, iniciando-se o sentimento de infância e de família. Portanto, “[...] A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança. [...]” (ARIÈS, 2006, p.159), no entanto, as crianças viviam inseridas no mundo dos adultos, pois não se considerava ainda, as especificidades da idade, não se tinha compreensão sobre etapas do desenvolvimento da criança. A compreensão sobre criança ou infância que se tem na atualidade, é decorrente da influência da pedagogia de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), considerado por muitos autores como o primeiro pedagogo. Na visão de Rousseau, a educação escolar, deveria ser pensada com foco não mais no professor, mas sim no aluno. Este autor, considerava que a criança tinha características próprias e que precisava aprender de acordo com a sua fase de desenvolvimento.

Nesse sentido a criança já não mais se tratava de um “adulto em miniatura”, forma como era anteriormente percebida. Neste ponto, podemos destacar a importância deste pensador, acerca da visão da criança e de sua aprendizagem, conforme nos informa a autora:

Costuma-se dizer que Rousseau provocou uma revolução copernicana na pedagogia: assim como Copérnico inverteu o modelo astronômico, retirando a terra do centro, Rousseau centralizou os interesses pedagógicos no aluno e não mais no professor. Mais que isso, ressaltou a especificidade da criança, que não devia ser encarada como um “adulto em miniatura”. (ARANHA, 2006, p. 178).

Apesar de as ideias de Rousseau serem entendidas como um marco que modificou o conceito de criança e educação, vale ressaltar que esta mudança foi um processo lento e gradativo. Observemos também o período da Revolução Industrial que provocou mudanças sociais e econômicas profundas no modo de vida da sociedade, da família e conseqüentemente a forma como a educação da criança era efetivada. Em particular podemos destacar o conceito de família nuclear, composta pelos progenitores e genitores. Com as demandas do mundo do trabalho, as crianças começam a perder o tempo de cuidados desprendidos pelos responsáveis em virtude das longas jornadas de trabalho. Nesse período, tanto o homem quanto a mulher necessitavam trabalhar arduamente para o sustento da família. Assim:

Ao se reduzir a extensão da família, sobretudo com o advento da industrialização, suas obrigações vão ficando cada vez mais restritas, cabendo-lhe quase que exclusivamente a proteção e alguns aspectos ainda importantes da educação. (ARANHA, 1996, p. 61).

Como o entendimento sobre a criança e suas especificidades constitui algo construído social e historicamente, devemos compreender que o conceito de infância está diretamente relacionado ao contexto no qual está inserido, ou seja, pode sofrer variações de acordo com o contexto sociocultural e o contexto histórico em que se encontra. Nesse sentido, Cohn afirma que: “Em outras culturas e sociedades, a ideia de infância pode não existir, ou ser formulada de outros modos. O que é ser criança, ou quando acaba a Infância, pode ser pensado de maneira muito diversa em diferentes contextos socioculturais”. (2009, p. 23).

Atualmente compreende-se criança como um indivíduo em transformação e desenvolvimento. Devemos considerar que as interações que ocorrem nas mais diversas instâncias de convivência entre criança-criança e criança-adulto, interferem em seu desenvolvimento social e emocional. Conforme Vygotsky (1979, apud MESTRES; GOÑI, 1999), ou seja, há uma distância entre o nível real de desenvolvimento, determinada pela capacidade de resolver independentemente certo problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado mediante a resolução de um problema com a orientação de um adulto ou em colaboração com um outro companheiro mais capaz.

Na sociedade atual, a criança que possui características próprias para se desenvolver é reconhecida como um sujeito de direitos, assegurados por lei, tais como a garantia de proteção e cuidados que viabilizem seu crescimento integral. Conforme consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, acerca da criança podemos destacar os artigos:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1988).

Verificamos então que a criança não é um ser passivo em suas transformações internas, elas possuem potencialidades para construir conhecimento e se socializar, por isso sugere-se que enquanto adquire competências, estas interferem no meio e compartilham sentimentos com os indivíduos que a cercam. E assim, a cada nova aquisição de conhecimento, estes irão servir como base para aprendizagem de conhecimentos futuros (VIGOTSKY, 1979 apud MESTRES; GOÑI, 1999).

Dessa forma, a criança deve ser entendida como ser que traz consigo habilidades que devem ser consideradas e trabalhadas tanto no contexto escolar, quando no contexto familiar. Por isso, a relação entre a família e a escola, no sentido de auxiliar esse processo de desenvolvimento, não deve ser desenvolvida de forma unilateral, a criança em seu lar não deve ser entendida como elemento apartado do aluno em sua escola. Nesse sentido, buscamos compreender um pouco mais sobre os aspectos relacionados ao conceito de família e escola a seguir.

2.2 Conceito de família

Verificamos que, de uma forma geral, as instituições sociais tais como a família e a escola, acompanham as transformações da sociedade como um todo, visto que estas são justamente os elementos que a compõe. De acordo com Ariès (2006), na Idade Média as famílias se configuravam pela manutenção da sua linhagem e dos bens materiais que possuísem. Se fossem ricas ou se fossem pobres praticamente não tinham esse sentimento, ou seja, a família era ligada por uma realidade mais intensamente moral e social do que pelos laços afetivos.

Com o advento da escolarização, vemos uma mudança de configuração com relação ao processo de aprendizagem da criança. Esta já não era mais enviada para outra família, para receber a educação típica desse período, conforme ocorria desse processo de aprendizagem,

impulsionado no ocidente, especialmente pelas instituições cristãs. A criança passa a dividir seu tempo entre a família e a escola, passando então a conviver mais tempo com a sua própria família do que com outra. Com essa nova configuração, verificamos que esse processo permitiu que os laços afetivos intrafamiliares pudessem ser mais estreitados, propiciando uma relação familiar, agora mais próxima da criança. “[...] A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança [...]” (ARIÈS, 2006, p. 160).

Vale destacar ainda, o século XIX como um período de grande transformação histórica e social. Com a Revolução Industrial e o crescimento do capitalismo, a família da classe proletária começa a exercer uma importante função econômica na sociedade. Esse movimento foi tão intenso que até hoje observamos os seus reflexos na forma como a família se molda para atender estas demandas. Ela deixa de ser a produtora dos bens (manufaturados, artesanais) para seu uso na venda, algo que garantia o seu sustento, e passa então, a ter que buscar outras fontes de renda para cobrir esta lacuna que cada vez mais irá se tornar inatingível. Com isso todos os membros da família (e em muitos casos incluindo também as crianças), passam a trabalhar nas fábricas dos grandes centros urbanos, onde eram explorados no seu tempo e esforço físico e mental. Entretanto, mesmo com todos os membros da família no mercado de trabalho e enfrentando jornadas extensas, ainda assim não havia garantia de uma vida digna. Muitas famílias nesse período, começaram a experimentar com mais intensidade as condições subumanas, dessas mudanças sociais, conforme nos acrescenta a autora:

Com o desenvolvimento do capitalismo, a classe proletariada cresceu em tamanho, mas sem acesso aos benefícios da nova ordem econômica. Ao contrário, eram terríveis as condições de moradia das famílias amontoadas nos arrabaldes das grandes cidades, depois de enfrentar extensa jornada de trabalho mal pago em locais insalubres. (ARANHA, 2006, p. 207).

Desse modo, podemos destacar que a família é uma instituição social que sofreu profundas mudanças com o passar do tempo, pois é consequência de uma construção social, cultural e histórica, na qual o fator econômico possui bastante influência na sua forma de se organizar. Veremos mais à frente que o fator econômico irá interferir também de forma considerável no aprendizado da criança.

Outro ponto importante a ser mencionado refere-se à forma como as famílias estão configuradas considerando seus atores. A família atualmente vive contextos diversos, o homem, figura masculina, não é mais visto como o único provedor econômico da família, portanto, a

mulher incorpora-se também no mercado de trabalho, muitas vezes enfrentando sozinha a tripla jornada dividindo-se entre os cuidados com os filhos, trabalho doméstico, a vida profissional. Então, “O próprio conceito de família e a configuração dela têm evoluído para retratar as relações que se estabelecem na sociedade atual.” (DESSEN; POLÔNIA, 2007, p. 23).

Entendemos que esse processo vem cada vez evoluindo e, atualmente, é cada vez mais observável a divisão mais igualitária das tarefas, o aumento da participação dos homens, pais, junto aos cuidados com a criança e com o trabalho doméstico.

Como mencionado, as mudanças acontecem inclusive no que diz respeito à estrutura familiar. Sendo assim, as progressivas mudanças influenciaram nas configurações familiares tais como os divórcios, a situações de mães solteiras, casais homoafetivos, dentre outros. A estrutura familiar vem se diversificando com o passar do tempo, e este fato vem interferindo na sua formação, nas inter-relações, nos valores, e funções de seus membros. Nesse sentido, as autoras nos destacam que:

[...] os arranjos familiares distintos que vão surgindo, por sua vez, provocam transformações nas relações familiares, nos papéis desempenhados pelos seus membros, nos valores, nas funções intergeracionais, nas expectativas e nos processos de desenvolvimento do indivíduo. (DESSEN; POLÔNIA, 2007, p. 24).

Entende-se que independente da sua estrutura, a família deve contribuir para a base da sociedade. Esta instituição é reconhecida como pessoas que se unem geralmente por laços de sangue, mas que se sustenta por meio de laços afetivos, que todos contemplam dos mesmos interesses e valores, e que devem desenvolver um bom relacionamento familiar garantindo um ambiente saudável de convivência. Desse modo,

Seja qual for o motivo que está na base da constituição da família, na maior parte das vezes são laços de consaguinidade que estão na sua origem, mas seja qual for essa origem, o que realmente interessa é que existam afetos, interesses, valores comuns a todos os elementos que a compõem e que as relações que estabelecem entre si sejam fortes e verdadeiras, permitindo um bom ambiente familiar. (PEREIRA, 2008 apud PICANÇO, 2012, p. 13).

Devido às diversas fragilidades sociais nas quais as famílias estão inseridas, vale destacar que toda criança tem assegurada a sua criação, no seio da sua família biológica quando, possível, e quando não, em uma família substituta, conforme nos assegura, a Lei 8.069/90:

Art.19 – Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a

convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (BRASIL, 1988).

Estes aspectos nos facilitam compreender que as vivências em família se convertem em tempos de aprendizagem importantes, nos quais o indivíduo, por meio das relações sociais, sobretudo as afetivas, se constrói, tendo em vista a gama de representações sociais que são vivenciadas. Dessa forma, devemos compreender que a família é uma instituição imprescindível para o processo de desenvolvimento não apenas afetivo, mas também o cognitivo e o social. Esse desenvolvimento saudável dessas competências deve ser resultado dessa convivência, embora em muitos casos possamos observar que ainda não haja essa consciência real por parte dos seus atores.

2.3 A contribuição da família para o desenvolvimento do aluno

Para favorecer a reflexão sobre o papel da instituição familiar e como esta contribui para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, deve-se ponderar que a família deve ser o principal responsável pela sua educação. Entende-se que o ambiente familiar é também um espaço de educação, tendo em vista que ela influencia o comportamento da criança que aprende à medida que imita os membros da família. Neste sentido este tipo de educação é denominado informal e não é menos importante que a educação formal organizada por meio de conteúdos, conforme nos esclarece a autora:

Isso é aprendido por meio da educação informal, assim chamada por não ser organizada, mas casual e empírica, exercida a partir das vivências e com base no bom senso. O comportamento da criança vai sendo modelado por meio da repetição, inicialmente de uma maneira exterior, quando, por exemplo, imita o pai lendo jornal. Depois interioriza o gesto aprendido, que se torna norma de comportamento: a saudação de boa-noite se transforma em hábito de polidez. (ARANHA, 1996, p.56).

Com isso, pode-se afirmar então que a família desempenha um importante papel para a socialização e a construção da criança. No entanto, percebe-se muitas vezes que os responsáveis transferem para a escola a educação dos filhos deixando assim de exercer o seu papel principal que é o de dar suporte para o seu desenvolvimento humano, ao oferecer-lhes cuidados, respeito e educação.

Entendemos que para a família transmitir os mínimos cuidados à criança, os responsáveis devem ser presentes no dia a dia dela. Por outro lado, é cada vez maior as queixas de responsáveis que por trabalharem muito sentem-se culpados por não poderem estar mais

tempo com os filhos. Nestes casos, é comum que estas famílias tenham atitudes permissivas, como forma de suprir esta lacuna afetiva, mas o que se efetiva na prática é que a criança não compreende esta compensação e acaba por aceitar que pode fazer tudo. Ao contrário do que se pensa, a criança sem atenção e com excesso de permissividade acaba por se tornar insegura e carente de atenção, conforme nos alerta a autora:

Muitos pais, hoje, temem negar coisas para seus filhos por estarem preocupados com tudo o que não conseguem lhes dar em termos de carinho, atenção, tempo, convívio e, principalmente educação educativa. Tentando se sentir melhores diante da criança, os pais e familiares vivem a crise do “não”. Os pais sentem-se mal ao negar algo para seus filhos e acabam dando-lhes coisas que desejam, quer tenham ou não condições financeiras, deixando de exercer o papel mais importante de estabelecer limites, de orientar, de educar, de contribuir para a formação de valores morais e éticos. (PAROLIN, 2010, p. 40).

Percebe-se, então, que a família ao oferecer respeito e atenção à criança também está lhe dando suporte para que cresça como indivíduo. Consideramos importante que a convivência familiar seja harmoniosa propiciando que as relações sejam permeadas de amor e respeito fortalecendo os laços afetivos. Destacamos também os cuidados dispensados pelos responsáveis, são fortes propulsores para que a criança desenvolva a autoestima e perceba-se capaz de se adaptar e interagir de forma positiva enfrentando as diferentes demandas da sociedade, e a exemplo disso temos a evasão como principal entrave nesse sentido, conforme nos alerta as autoras:

A autoestima contribui para a evasão escolar, é a percepção que uma pessoa tem do valor de si mesma, as crianças que encontram afetividade, amor, respeito e muitos outros fatores necessários para o seu desenvolvimento têm grande chance de apresentar uma boa adaptação no ambiente escolar. (NETA; SILVA, 2014, p. 63).

Portanto, a autoestima quando desenvolvida na infância, torna-se um precioso instrumento para que esta sinta-se motivada no processo ensino-aprendizagem. A valorização de um ambiente comunicativo, a dedicação do tempo para acompanhar as atividades enviadas para realizar em casa, estabelecer horário de estudos, possuir livros em casa, ouvir com atenção quando a criança falar de suas vivências e encorajá-la caso apresente alguma dificuldade na escola, são atitudes que a família pode e deve cultivar. É o que se defende na citação a seguir:

Valorizar a escola, demonstrar interesse pelas atividades lá realizadas, ajudar a organizar o espaço e tempo de estudo, elogiar os pequenos/grandes sucessos obtidos e não deixar criar desânimo perante as dificuldades, estar em contato permanente com a escola, são diversas formas de os pais ajudarem a seus filhos a sentirem-se valorizados e acompanhados e a adquirirem hábitos e gosto pelo estudo. (PICANÇO, 2012, p. 46).

Para Jardim (2006, p. 30), “Deve-se levar em conta, também, que a relação do aluno com a escola é afetada pela significação que os pais dão a ela, aos estudos de seu filho e as relações dele com os demais alunos.” Entende-se então que o interesse da família pela vida escolar do educando, interfere na forma que ele se relaciona com a escola e com os outros alunos. Quando a família não trata o processo educativo com a importância devida, há uma tendência que os filhos tenham a mesma atitude com relação aos seus afazeres.

Sugere-se ainda que a participação da família deve ser pautada no princípio de colaboração com a escola, considerando que as duas instituições têm possibilidades de interferir na vida escolar do infante e possuem o mesmo objetivo que é promover o desenvolvimento da criança, observando que cada uma possui seu campo de intervenção.

Nesse sentido, Picanço (2012, p. 46) nos elucida que “A articulação entre a escola e a família pode ajudar a ultrapassar as dificuldades e a contribuir para a aquisição ou a melhoria dos hábitos de estudo ao longo de toda a escolaridade.” Como visto, a família pode e deve contribuir de forma positiva para a aprendizagem das crianças, no entanto com o intuito de entender melhor a parceria família-escola, no próximo tópico abordaremos o conceito de escola, pois ao delinear o papel de cada uma dessas instituições acredita-se que uma poderá viabilizar a ação da outra e procurar identificar onde começa e onde termina as ações e responsabilidades.

2.4 Escola - O desafio de contribuir para o desenvolvimento do educando

O modo de vida da sociedade e suas necessidades de sobrevivência provocam mudanças nas instituições que a formam, a escola que nem sempre existiu, vem se transformando com o passar do tempo adaptando-se e influenciando na sociedade a qual está inserida.

Observemos a Idade média, século XV, antes que a família e a escola admitissem outra postura com relação às crianças, elas realizavam as mesmas atividades que os adultos, compartilhando suas atividades e vivências diárias. A escola não tinha papel relevante. “Não havia lugar para a escola nessa transmissão através da aprendizagem direta de uma geração a outra.” (ARIÈS, 2006, p.157). Esse período retrata uma época em que a escola não tinha a importância que tem hoje para a educação, vemos que como a educação é transmitida está diretamente ligada às características sociais e históricas.

A educação é um fenômeno complexo que não se reduz à escolarização, mas que envolve todo o processo de desenvolvimento do indivíduo, como por exemplo, a socialização e a apreensão cultural, pode ser definida, como um ato social com o objetivo que a pessoa se construa em sua individualidade e dentro da sociedade sendo produtores e produtos da cultura, considerando as características do contexto a que pertence. Conforme nos esclarece o autor:

[...] A educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política, cultural. Trata-se, pois, de um processo global entranhado na prática social, compreendendo processos formativos que ocorrem numa variedade de instituições e atividades (sociais, políticas, econômicas, religiosas, culturais, legais, familiares, escolares), nas quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável, pelo simples fato de existirem socialmente. (LIBÂNEO, 2002, p. 97).

Sobre educação, conforme a Lei 9.394, de 1996 (BRASIL, 1996), podemos destacar como importantes pontos a serem mencionados, os artigos referentes a ação e responsabilidades das escolas, enquanto espaços de educação formal:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Dessa forma, de acordo com a lei a aprendizagem escolar, o que se aprende na família e em outros contextos de convivência são complementares e as aprendizagens produzidas interferem na formação do educando propiciando preparo para a vida e para o mundo do trabalho.

Portanto as práticas educativas que envolvem família e escola podem ser entendidas em seus diferentes contextos. Entende-se por educação formal, que tem intencionalidade, processos e objetivos específicos, caracteriza a educação escolar, trata-se de um direito assegurado por lei, que assegura o desenvolvimento integral dos indivíduos, preparando para o mercado de trabalho e dando condições de exercer a cidadania, conforme a atual Constituição que declara:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Portanto a escola é o espaço a que todos deveriam, segundo a lei, ter acesso, pois é onde ocorre a socialização dos saberes, que uma vez adquiridos, permitem aos alunos o exercício da cidadania, já possibilita que os membros da sociedade discutam e interfiram nas decisões quer sejam econômicas, políticas ou sociais. Nesse sentido a escola é um direito inalienável de todo cidadão (KRUPPA, 1994, p. 32).

Compreende-se então a essencial importância da educação escolar para uma formação cidadã. Por outro lado, e não menos importante para a formação da criança, pode-se destacar a educação informal, mesmo não havendo intencionalidade ou estruturação de conteúdos, a aprendizagem ainda assim acontece. Nesse sentido o autor nos elucida que:

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. (LIBÂNEO, 2002, p. 31).

Ao pontuar sobre as práticas educativas e relacionando-as com as instâncias que se desenvolvem, pode-se afirmar que a escola contribui para o crescimento social da criança e também é o lugar onde é gerado conhecimento formal, o que proporciona o confronto de ideias para a formação de pessoas críticas. “Logo, a escola não é apenas a agência que reproduz as relações sociais, mas um espaço em que a sociedade produz os elementos da sua própria contradição.” (HORA, 2012, p. 32).

Apesar de possuir o caráter formal, ao contrário do que se imagina, a escola também é espaço de manifestações espontâneas lúdicas e afetivas. Ao ingressar na escola a criança passa a conviver com outras pessoas bastante diferentes das quais está habituada no convívio do lar. É no convívio com a pluralidade que ela aprende a se relacionar, vive conflitos, conquista amizades, cresce tanto no aspecto coletivo como no individual, aprende com as experiências vividas no cotidiano escolar, sempre com a supervisão e a orientação de adultos preparados para dar suporte pedagógico a essas experiências. Dessa forma, a escola deve ser compreendida como um espaço de aprendizagem que promove a formação da criança tanto no âmbito social como pessoal, pois deve contribuir para a construção contínua e diversificada de novos

conhecimentos, que serão acrescentados aos conhecimentos e experiências já vivenciadas em família.

Após observar aspectos relevantes sobre as instituições envolvidas no processo da aprendizagem, considera-se que ela pode ser entendida como um processo que envolve fatores sociais e biológicos. O processo de aprendizagem envolve o desenvolvimento do indivíduo em seus aspectos cognitivo e afetivo em meio às interações, obtidas pela colaboração tanto dos pais quanto da escola. Portanto, vale destacar, segundo as autoras, que:

O processo de aprendizagem ou aprendizado do indivíduo se dá com o contato com a realidade, com o meio e com outras pessoas que o rodeiam, situações nas quais vai adquirir valores, habilidades e informações para o seu desenvolvimento. (NETA; SILVA, 2014, p. 56).

O espaço familiar e a escola são ambientes de interações que se complementam no ofício da educação. Dessa forma, pode-se afirmar que o compromisso da família e da escola na promoção de condições necessárias para que a criança desenvolva integralmente, garantindo-lhe cuidados e proteção, tornando este ser capaz de exercer sua cidadania e inserir-se no mercado de trabalho, configura o cumprimento de direitos garantidos à criança assegurados pela Constituição Federal (1988), a qual defende que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. (BRASIL, 1988).

Portanto escola, família e sociedade integram-se desempenhando o papel de mediadores entre a criança e suas aprendizagens possibilitando o seu desenvolvimento e principalmente a sua socialização que se inicia desde os primeiros anos de vida, pois, “Na faixa etária de 0 a 7 anos, a socialização entre escola-família-sociedade é muito importante para o desenvolvimento da criança, etapa na qual ocorre a primeira socialização do indivíduo.” (NETA; SILVA, 2014, p. 57).

A educação deve acontecer de forma compartilhada entre essas duas instâncias, por isso vale ressaltar que a contribuição para a aprendizagem da criança proveniente da participação da família na escola deve ser uma das demandas educacionais atuais. Para tanto considera-se essencial que os professores participem de debates para facilitar sua contribuição para viabilizar a parceria família e escola. Nesse sentido, recorreu-se ao P.P.P. (Projeto Político Pedagógico) da escola com a finalidade de observar quais referências ele traria sobre a realização, por exemplo, de formações para os docentes sobre o tema. Percebeu-se então, que os cursos oferecidos pelo órgão, não contemplavam as temáticas essenciais sobre os desafios educacionais do cotidiano escolar. Conforme descrito no Projeto Político Pedagógico:

Os cursos de Formação continuada são oferecidos pela SME. E segundo alguns professores faltam debates e trocas de experiências, pois há apenas repasse de conteúdo sem valorizar a vivência e experiências das escolas. Salientam que deveria haver mais tempo no calendário escolar para a realização de temas ligados aos desafios educacionais. (PPP, 2017, p. 24).

Compreende-se então, a urgente necessidade de discussão sobre temas como a relação família e escola para possibilitar que os professores orientem as famílias para que contribuam positivamente na educação dos filhos. Pôde-se observar como se dá esta cooperação por meio de processos metodológicos que serão descritos na próxima seção.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Para a abordagem desta pesquisa, escolhemos a natureza qualitativa, pois verificou-se que seria necessário discutir e analisar questões particulares relacionadas aos dados investigados após a sua coleta, que foram feitas através da observação do local de pesquisa, com o intuito de buscar um entendimento sobre os fatos com imparcialidade reconhecendo a importância no processo em que o fenômeno ocorre, refletindo sobre como os sujeitos da investigação entendem as suas vivências. Assim,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade, que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Para a realização desta pesquisa, procuramos utilizar a fundamentação teórica com base na bibliografia especializada nos temas, bem como o aprofundamento de suas questões. Segundo Gil (1999, p. 44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos.” São, portanto, dados levantados e registrados por outros autores sobre os principais conceitos a serem utilizados.

Destaca-se, o uso da pesquisa documental que também contribuiu para o enriquecimento deste trabalho, tendo em vista que o Projeto Político Pedagógico (PPP), documento relacionado à parte filosófica e à missão da instituição pesquisada, também nos ofereceu dados importantes para a discussão sobre o tema. Pode-se afirmar então, que “A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados.” (GIL, 1999, p. 46).

A observação direta e a coleta de dados em que os sujeitos poderão explicar como interpretam suas experiências, são características da pesquisa de campo, ponto que entendemos como imprescindível para o levantamento de dados referentes aos atores pesquisados, pois oportunizou um aprofundamento na realidade em que os sujeitos, encontravam-se inseridos. Este tipo de coleta nos permitiu, a obtenção de resultados mais confiáveis e conforme nos acrescenta, Gil (1999, p. 53) “No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo.”

Optei também por realizar a coleta de dados por meio de entrevista pré-estruturada aplicada às professoras, por entender que essa técnica poderia me permitir informações com maior precisão e fidedignidade sobre o espaço pesquisado. Os dados coletados foram transcritos e analisados, com o objetivo de buscar as respostas para os questionamentos propostos nos objetivos destacados na introdução deste trabalho. Assim, Gil (1999, p. 117) considera que, “Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.”

Através da metodologia e utilizando os procedimentos mencionados, buscou-se percorrer um caminho que pudesse levar-nos a comprovação ou não das hipóteses que foram levantadas inicialmente nesta pesquisa.

3.2 Mapeamento do lócus da pesquisa

Com o intuito de tentar compreender o quanto é importante o esforço mútuo das duas instituições escola e família na busca por uma aprendizagem efetiva, tivemos como lócus desta pesquisa, uma escola da prefeitura de Fortaleza, que por motivos éticos terá seu nome preservado, e a qual chamaremos pelo nome fictício Escola Mundo Encantado. A referida escola abrange na modalidade de seriação, turmas organizadas nos respectivos segmentos: do 1º ao 5º ano do Fundamental I com média de 590 alunos distribuídos em salas com aproximadamente 20 a 25 alunos por turma. Do 6º e 7º ano do Fundamental II com 320 alunos distribuídos em 10 salas com aproximadamente 30 a 37 alunos por turma e as turmas do EJA, II, III, IV e V que contavam com média de 180 alunos distribuídos em 5 salas com aproximadamente 35 a 40 alunos por turma.

A escola possui uma sala de AEE, com Atendimento Educacional Especializado para os alunos e ainda o um anexo que atendia aproximadamente 200 alunos da creche e pré-escola. Com amplo espaço na quadra, proporcionava bem-estar aos alunos e aos seus familiares durante as festividades.

A decisão de fazer a pesquisa nesta escola, deu-se pelo fato de constar nela professores (as) com formação adequada e atuantes em turmas do 2º ano, que estão na faixa etária que eu pretendia observar. Após algumas tentativas frustradas em outras escolas, tendo em vista que não conseguia dar prosseguimento a pesquisa, obtivemos então informações de que a gestão desta instituição não fazia oposição à realização de visitas para pesquisa com fins educacionais.

A pré-disposição de colaboração por parte da gestão foi crucial para a escolha desta escola como lócus, pois o diretor da escola Mundo Encantado recebeu-nos bem e mostrou-se disponível em contribuir com o desenvolvimento do meu trabalho. Pudemos perceber durante as visitas, que se trata de uma instituição que desenvolve seu trabalho pedagógico comprometido com a aprendizagem, entendendo como relevante o conhecimento que o aluno traz consigo e considerando as necessidades da comunidade em seu entorno, tendo como importante a participação de toda a comunidade escolar, como visto no Projeto Político Pedagógico:

É imprescindível que o professor reflita sobre a sua prática pedagógica, entrelaçando o seu potencial latente com as perspectivas do aluno, partindo de conceitos primitivos, fazendo uso do conhecimento empírico do aluno e do seu cotidiano. Além do trabalho desenvolvido pelo professor os outros membros da comunidade escolar têm papel fundamental na construção do conhecimento, como: pais, funcionários, equipe pedagógica e direção da escola. (PPP, 2017, p. 34).

Delineamos, portanto, algumas características do lócus onde os participantes estão inseridos, segue no próximo bloco a descrição dos participantes da pesquisa.

3.3 Participantes da pesquisa

A turma escolhida como objeto de estudo, foi o 2º ano do Ensino Fundamental I, pois compreendia uma turma com idade a qual os alunos precisariam de um acompanhamento atento dos responsáveis no que competia a aprendizagem, especialmente com relação a sedimentação da leitura-escrita e na matemática, disciplinas que os responsáveis mais tinham apreensão no desenvolvimento dos alunos.

Os participantes da pesquisa foram 04 professoras escolhidas pelo fato de serem as que atuam nas 04 turmas do 2º ano, pois se tratava de alunos que pertencem à faixa etária que compreende o período de desenvolvimento social e cognitivo pautado nas vivências com a família e a escola como mencionado na fundamentação teórica. Por questões éticas as professoras também serão chamadas por nomes fictícios a fim de que a integridade das mesmas seja preservada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segue-se então neste bloco o resultado desta pesquisa, que tem como foco observar as contribuições e aspectos da relação família e escola para a aprendizagem de acordo com a perspectiva das professoras em atuação. Os resultados têm como base as entrevistas aplicadas às 4 (quatro) professoras destacadas. Para a análise procuramos elaborar perguntas com o intuito de tomar conhecimento sobre como era percebida a relação família e escola no cotidiano escolar e quais contribuições ocorreriam, entretanto, procuramos descrever as respostas obtidas a fim de direcionar as discussões aos objetivos traçados.

Com base nos estudos realizados, entendemos que escola e família se complementam no processo educativo, são fundamentais para o desenvolvimento já desde os primeiros anos de vida, pois desempenham o papel de mediadores para a aquisição do conhecimento e socialização da criança (NETA; SILVA, 2014). Com base nesse entendimento, procuramos tecer um questionamento inicial às professoras, para identificar se elas consideravam importante a participação dos responsáveis no processo de aprendizagem da criança. Obtivemos as seguintes respostas:

“Considero imprescindível a relação família e escola para o crescimento e desenvolvimento cognitivo, afetivo e interpessoal da criança.” (Mara).

“É imprescindível uma vez que a família é a primeira responsável pela educação dos filhos.” (Celina).

“Considero a relação família e escola fundamental para o desenvolvimento social e cognitivo dos alunos. O processo de educação do indivíduo inicia-se em casa.” (Ana).

“O processo de aprendizagem se faz com escola e família.” (Leila).

Evidenciamos que as professoras entendiam a participação familiar como um elemento necessário, para contribuir para o “crescimento e desenvolvimento cognitivo, afetivo e interpessoal da criança.” (Mara), porque é ela “a primeira responsável pela educação dos filhos.” (Celina) e porque “O processo de aprendizagem se faz com escola e família.” (Leila).

Percebemos que quando há demonstração de interesse por parte dos responsáveis há uma tendência que as crianças desenvolvam melhor tanto no aspecto cognitivo, quanto no aspecto social, as falas das educadoras concordam com o que já foi mencionado nesse trabalho, que a relação do aluno com a escola e suas atitudes diante dos afazeres escolares sofrem influências do interesse e da importância que os pais dão à vida escolar de seus filhos (JARDIM, 2006).

Nesse sentido, questionamos então sobre o que as professoras faziam para que acontecesse essa aproximação com a família de seus alunos. Elas declararam em suas análises, o desejo de promover essa união, no entanto, percebemos que na maioria das vezes, acontecia sob a forma de uma imposição da escola, que em geral era pautada pela “necessidade” da família comparecer no espaço escolar para sanar eventuais “problemas cognitivos e sociais” (Mara), “de acordo com as necessidades pedagógicas” (Celina), e ocorria por meio de “Reuniões, eventos festivos e projetos cujo eixo central é o bom desempenho do aluno.” (Ana), ou para “compartilhar o desenvolvimento do aluno.” (Leila). Conforme as respostas descritas a seguir:

“Quando há necessidade, é feito contato por meio de agenda, telefone, reunião de pais e mestre com o objetivo de buscar apoio para solucionar eventuais problemas cognitivos e sociais.” (Mara).

“Encontros e reuniões coletivas, por segmento e individuais de acordo com as necessidades pedagógicas.” (Celina).

“Reuniões, eventos festivos e projetos cujo eixo central é o bom desempenho do aluno.” (Ana).

“Reuniões constantes e são sempre chamados a fim de compartilhar o desenvolvimento do aluno.” (Leila).

De acordo com as respostas analisadas, notamos que as educadoras procuravam chegar-se às famílias com o intuito de evidenciar a necessidade de intervir na educação de seus filhos, especialmente no que dizia respeito à conduta da criança e às demandas de

aprendizagem. Este ponto chamou muita atenção, pois este tipo de abordagem pode provocar nos responsáveis o receio de comparecer à escola, conforme verificamos nas falas das professoras. Esta aproximação frequentemente acontece mediante algum ponto negativo com relação ao desenvolvimento da criança, o que é um aspecto pouco abordado na teoria. De acordo com os autores analisados a participação familiar deve ocorrer com o intuito de valorizar a escola, fazendo com que contribua positivamente colaborando para o desenvolvimento da autoestima da criança motivando-a para a aprendizagem. (PICANÇO, 2012).

Compreendendo o quanto é importante que os responsáveis valorizem a escola, pois reflete na postura da criança em relação a aprendizagem, solicitamos então que as professoras mencionassem as dificuldades percebidas para que a família participasse do processo educativo, e assim contribuísse de forma positiva no desenvolvimento dos alunos. Elas responderam que os problemas eram variados. Atribuíram a pouca participação da família na dinâmica da escola a aspectos de ordem social e econômica. Entende-se que estes aspectos estão bastante relacionados a baixa escolaridade das famílias e também a não valorização da escola como espaço de aprendizagem para seus filhos, conforme nos mostram os seguintes relatos:

“Dificuldades de leitura, escrita e baixo rendimento escolar.” (Mara).
“Diversos, desde necessidades básicas da família, baixa escolaridade, questões sociais.” (Celina).
“A própria situação atual da sociedade tem contribuído para essa falta de cuidado (participação).” (Leila).
“Falta de valorização dos estudos.” (Ana).

A partir do que foi mencionado pelas professoras, os fatores econômico e social interferem na contribuição da família com a aprendizagem da criança, percebe-se este fato como um reflexo da configuração familiar a qual mencionamos ao referenciar o processo de Revolução Industrial, onde a família passa a ser composta somente por pais e filhos, no qual todos, inclusive as próprias crianças passaram a trabalhar para o sustento do grupo, tanto o pai como a mãe eram submetidos a longas jornadas de trabalho que além de não lhes garantir melhores condições de vida, ainda impedia que dispensassem os cuidados necessários às crianças (ARANHA, 2006).

Buscamos compreender de que forma a escola pautava as reuniões com o objetivo de influenciar as famílias a contribuir para o aprendizado do aluno. Foi-lhes solicitado que descrevessem alguns temas abordados nas reuniões com os responsáveis, e que explicassem como a discussão desses temas poderia influenciar nas atitudes da família. Segue a descrição realizada pelas educadoras:

“Abordados sobre leitura e escrita dos alunos, esses temas influenciam no melhoramento dessas dificuldades.” (Mara).

“Abordagens sobre afetividade nas relações e a responsabilidade dos pais em relação às crianças (filhos) ao longo da vida.” (Celina).

“Atividades de casa (acompanhamento dos pais). Projetos desenvolvidos pela escola. Comportamento.” (Leila)

“Tarefas de casa, que vêm sem serem realizadas. Letramento para alunos do 1º e 2º ano.” (Ana).

De acordo com o que foi declarado pelas educadoras, notamos que os temas abordados nas reuniões estão pautados pela necessidade, pois das quatro professoras, três expressam em suas falas que as temáticas têm como foco cobranças relacionadas a atividades enviadas para casa, sobre desempenho, comportamento, enfim as necessidades do dia a dia. Apenas 1 menciona como tema das reuniões a afetividade, seria proveitosa a abordagem desse tema, pois como visto neste trabalho, escola e família devem ser esferas da sociedade que promovam relações afetuosas para que a criança interaja positivamente em seu convívio social, o que contribuiria para sua aprendizagem.

Então foram questionadas que outras intervenções poderiam ser feitas para que se efetivasse esta parceria de modo que favoreça a aprendizagem da criança, pois como entendido nos estudos realizados, tanto a família quanto a escola deveriam trabalhar de forma conjunta para o desenvolvimento da criança, e não de forma isolada como visto comumente. As professoras apontaram que é sempre preciso inovar e desenvolver novos projetos, mencionaram a necessidade de políticas públicas e o envolvimento da comunidade escolar em projetos sociais. Como descrito a seguir:

“Estimular a participação em projetos sociais que envolvam a família e a comunidade escolar” (Mara).

“Políticas públicas (visando atender as demandas) que possibilitem o atendimento por profissionais da área da saúde aos alunos nas suas necessidades de aprendizagens cognitivas, emocionais e físicas” (Celina).

“Acredito que nossa escola tem buscado várias estratégias para que aconteça essa parceria, porém podemos sempre inovar em estratégias como novos projetos” (Leila).

“Envolver as famílias em projetos sociais que visem ao bom desempenho do estudante. Exemplo: Só participar do projeto o aluno que atinge a média escolar” (Ana).

Concordando com (LIBÂNEO, 2002), quando afirma que escola família e sociedade integram-se no papel de mediadores no processo na promoção do desenvolvimento social e cognitivo da criança, pois devido às demandas que envolvem os alunos e suas famílias, outras

esferas da sociedade podem contribuir para que se estabeleça a parceria entre família e escola, possibilitando que as duas instituições contribuam para o processo educativo da criança.

5 CONCLUSÃO

A elaboração deste trabalho consistiu na busca por um entendimento sobre as contribuições da relação família e escola para a aprendizagem, por meio de estudos de publicações produzidas por autores que abordam a temática relação escola e família e com base em entrevista pré-estruturada aplicada às educadoras de uma escola pública da Prefeitura de Fortaleza.

Inicialmente fizemos uma apuração sobre alguns conceitos, criança e educação, família e escola o que nos possibilitou evidenciar que se trata de conceitos construídos histórico e socialmente, e que estão sujeitos às influências do meio que estão inseridos. A criança é um ser em desenvolvimento, que tem o direito à proteção, cuidados específicos, o direito de pertencer a uma família, à educação, enfim todos estes direitos garantidos por lei e que é de responsabilidade tanto da família como também do Estado.

Ao escolher este tema, objetivamos promover uma reflexão sobre como as educadoras percebiam as contribuições da parceria família e escola para a aprendizagem dos alunos. Realizamos uma sondagem sobre as dificuldades que as professoras identificavam para que se efetivasse a participação dos responsáveis.

Por meio desta pesquisa, verificamos pela coleta e análise de dados que as professoras consideravam que a família poderia contribuir de forma positiva na educação de seus filhos, que a colaboração dos responsáveis na vida escolar faz com que a criança aprenda e se desenvolva integralmente. Percebemos que tanto a família quanto a escola eram imprescindíveis para o bom desempenho no processo educativo, no entanto, a contribuição dos responsáveis, sob a ótica da escola, ficava restrita às responsabilidades que lhe eram atribuídas pela escola.

Nesse sentido, compreendemos que a escola ao invés de apenas solicitar o comparecimento dos responsáveis apenas quando tinham algo negativo para falar sobre a criança, também deveria ser um ambiente que propicie manifestações de afetividade para construir essa rede de cooperação. Portanto, entendemos que a aproximação com os responsáveis deveria acontecer por meio do afeto, com momentos lúdicos que permitiriam

construir os laços de cumplicidade e cooperação em um primeiro momento, para então dar continuidade estabelecendo as obrigações, responsabilidades e etc. com relação à criança.

Sabemos que é responsabilidade da família dar suporte para a educação da criança, estando atenta aos cuidados necessários para que estas se desenvolvam, mas pode-se ver por meio das entrevistas que problemas de ordem social e econômica muitas vezes impediam que esses responsáveis acompanhassem seus filhos devidamente. O que torna essencial na intervenção dos professores para viabilizar essa participação dos familiares no cotidiano escolar, seria o estabelecimento de uma relação harmoniosa e de confiança para que a escola, enquanto parceira da família, pudesse orientar os responsáveis em como proceder para contribuir para a aprendizagem dos filhos.

Percebemos que realmente havia um esforço por parte da escola e das professoras para incentivar a participação das famílias, mas comprovamos que as atividades apontadas pelas professoras como meio de aproximação, na verdade, tinham uma característica bastante evidente pautada unicamente na necessidade de solucionar demandas urgentes relacionadas ao mau comportamento ou a dificuldades de aprendizagem, sendo portanto, bem poucos os momentos com a real finalidade de trazer a família para um encontro prazeroso com seu filho na escola.

Por fim, a pesquisa possibilitou-nos a compreensão que juntas, família e escola poderiam sim traçar caminhos para o desenvolvimento integral da criança fazendo que ela se sentisse mais estimulada para a aprendizagem potencializando sua autoestima. Ao orientar a participação dos familiares a escola deveria fazer com que os responsáveis a entendessem como para além de uma instituição fundamental para a formação de seus filhos, um espaço especial para usufruir e participar.

Concluimos que é necessário um comprometimento mais direcionado especialmente no que diz respeito à escola, no sentido de contribuir com mais assertividade para a formação de laços que tragam a família para dentro deste espaço, no sentido de influenciar positivamente a aprendizagem das crianças.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- _____, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo. Moderna: 2006.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://.senado.leg.br>. Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Estatuto da criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90 Brasília, DF 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Lei nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 set. 2018.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLÔNIA, Ana da Costa. **A família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília-Paidéia, 2007, 21-32. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 10 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. São Paulo: Papyrus, 2012.

JARDIM, Ana Paula. **Relação entre família e escola: Proposta de ação no processo ensino-aprendizagem (Mestrado)** - Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, SP, 2006. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br>. Acesso em: 06 set. 2018.

KRUPPA, Sonia Maria Portela. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MESTRES, Mariana Miras; GÕNI, Javier Onrubia. Desenvolvimento pessoal e educação. In: Salvador César Coll (org). **Psicologia da educação**. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre, SP: Artmed, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NETA, Emília Santana Vieira; SILVA, Débora Regina Machado. **Importância da família na alfabetização da criança**. *Revista Interação*/ Ano X número 2, 2º semestre de 2014. Disponível em: <http://vemprafam.com.br>. Acesso em: 05 set. 2018.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. 2. ed. São José dos Campos, SP: Pulso Editorial, 2010.

PICANÇO, Ana Luiza Bibe. **A relação entre escola e a família** – As suas implicações no processo de ensino-aprendizagem (Mestrado) – Escola de Ensino Superior João de Deus. Lisboa, Pt, 2012. Disponível em: <https://scrib.com>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

P. P. P. (Projeto Político Pedagógico). Escola Mundo Encantado. Fortaleza, CE, 2017.

Recebido em: 14 fev. 2019
Aprovado em: 13 maio 2019